

# Comercial Zaragoza Importação e Exportação Ltda.

CNPJ nº 05.868.574/0001-08

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015 e de 2014 (Em Milhares de Reais)

Balanco Patrimonial		2015	2014	Balanco Patrimonial		2015	2014	Demonstração do Resultado		2015	2014	Demonstração de Fluxo de Caixa		2015	2014
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>				<b>Receita líquida de vendas (Nota 20)</b>		1.527.587	1.553.130	<b>Lucro líquido antes do IR e contribuição social</b>		89.435	57.747
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	97.882	33.156		Forneceedores (Nota 12)	236.410	190.383		Custo das mercadorias vendidas	(1.273.066)	(1.364.281)			Ajustes por Depreciação e amortização	3.339	(958)
Contas a receber (Nota 5)	112.926	104.497		Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	3.914	6.856		<b>Lucro bruto</b>	254.521	188.849			Ajuste de exercicios anteriores	458	-
Estoques (Nota 6)	168.256	128.067		Impostos, taxas e contribuições (Nota 14)	661	3.355		<b>Recultas (despesas) operacionais</b>					Variações nos ativos e passivos: Clientes	3.797	(958)
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	2.559	1.799		Obrigações por IR e contribuição social (Nota 15)	11.447	14.832		Despesas com vendas, gerais e administrativas (Nota 21)	(195.916)	(166.736)			Estoques	(40.190)	(20.040)
Adiantamentos (Nota 8)	6.664	4.883		Obrigações trabalhistas e previdenciárias (Nota 16)	16.125	14.377		Despesas tributárias	(1.135)	(3.132)			Tributos a recuperar	577	(337)
Despesas a apropriar	163	185		Parcelamentos tributários	45	-		Outras receitas (despesas) operacionais (Nota 22)	(959)	24.973			Despesas a apropriar	(281)	860
	388.451	272.586		Outros passivos	269.252	219.844		<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>					Adiantamentos de forneceedores	(1.781)	13.604
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Passivo não circulante</b>				<b>Resultado financeiro (Nota 23)</b>	56.512	43.954			Depósitos judiciais	(1)	(653)
Realizável a longo prazo	-	-		Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	11.264	2.431		Despesas financeiras	(8.705)	(15.348)			Forneceedores	46.027	(11.717)
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	154	337		Provisão para IR e contribuição social (Nota 15)	11.253	-		Recultas financeiras	41.628	29.141			Obrigações tributárias	(2.872)	470
Despesas a apropriar	-	259		Partes relacionadas (Nota 17)	11.820	11.820		<b>Lucro antes do IR e da contribuição social</b>	89.435	57.747			Imposto de renda e contribuição social a recolher	7.616	(468)
Depósito judicial (Nota 9)	1.157	1.156		Parcelamentos tributários	43	266		<b>Imposto de renda e contribuição social (Nota 15)</b>					Obrigações trabalhistas e previdenciárias	1.288	(5.727)
Investimentos (Nota 10)	1.311	1.753		Total do passivo	34.380	14.517		Diferido	-	-			Outros passivos	68	68
Imobilizado (Nota 11)	79.917	48.406		<b>Patrimônio líquido (Nota 19)</b>	303.632	234.361		Do exercicio	(32.774)	(18.295)			Imposto de renda e contribuição social do período	1.423	(19.957)
	89.020	57.951		Capital social	20.000	20.000		Do exercicio	(32.774)	(18.295)			<b>Caixa (aplicado nas) atividades operacionais</b>	(32.774)	(18.295)
	477.471	330.537		Reservas de lucros	132.675	76.176		<b>Lucro do exercicio</b>	56.661	39.452			<b>Caixa (aplicado nas) gerado por atividades de investimento</b>	61.888	18.537
				Ajuste de avaliação patrimonial	21.164	-		Quotizações integradas no final do exercicio	20.000	20.000			Atividades de financiamento		
				Total do passivo e do patrimônio líquido	477.471	330.537		Lucro por quotas do capital social	-	-			Financiamentos	5.891	3.405
								no fim do exercicio - R\$	3	2			Partes relacionadas	-	6.720
								Não estão sendo apresentadas as demonstrações do resultado abrangente, por não haver outros elementos do resultado abrangente além do lucro do exercicio.	20.000	20.000			Distribuição de lucros	(1.300)	(1.196)

que sua adoção não provocará impacto relevante nas demonstrações contábeis da Empresa; **Alteração IFRS 7** - Instrumentos financeiros: Divulgações (Vigência a partir de 01/01/2016) - Contratos de serviços geralmente atende à definição de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido para fins de divulgação. A confirmação de envolvimento contínuo em ativo financeiro transferido deve ser feita se suas características atenderem às definições descritas na norma (parágrafos B30 e 42C) - A Administração está avaliando os impactos da norma; **Alteração IAS 1** - Iniciativa de divulgação (Vigência a partir de 01/01/2016) - Tem o objetivo de esclarecer: (i) as exigências de materialidade; (ii) itens de linhas específicas nas demonstrações do resultado e de outros resultados abrangentes e no balanço patrimonial que podem ser desagregados; (iii) flexibilidade quanto à ordem em que apresentam as notas às demonstrações contábeis; (iv) parcela de outros resultados abrangentes de associadas e empreendimentos controlados em conjunto contabilizada utilizando o método patrimonial - A Administração está avaliando os impactos da norma.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Capital social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Lucros	Total do patrimônio líquido
<b>Em 31 de dezembro de 2013</b>		20.000	-	-	37.920	57.920	57.920
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	37.920	37.920	-	-
Lucro do exercicio	-	-	-	-	39.452	39.452	-
Lucros distribuídos aos sócios	-	-	-	-	(1.196)	(1.196)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>	20.000	-	-	37.920	38.256	96.176	96.176
Ajuste de exercicio anterior	-	-	-	-	458	458	-
<b>Em 31 de dezembro de 2014 ajustado</b>	20.000	-	-	37.920	38.714	96.634	96.634
Constituição de reserva de lucros	-	-	33.097	-	-	33.097	-
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 11b)	-	-	(11.253)	-	-	(11.253)	-
IRPJ e CSLL sobre custo atribuído (Nota 11b)	-	-	-	-	56.661	56.661	-
Lucro do exercicio	-	-	-	-	680	680	-
Lucros distribuídos aos sócios	-	-	-	-	(1.300)	(1.300)	-
Realização do custo atribuído (Nota 16)	-	-	(680)	-	-	(680)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>	20.000	21.164	76.634	56.041	173.839	173.839	173.839

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

1. **Contexto operacional:** A Comercial Zaragoza Importação e Exportação Ltda. ("a Empresa") é uma sociedade limitada fundada em 2003, sua sede está situada na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, seu quadro societário é constituído por pessoa física e jurídica domiciliada no Brasil. A Empresa tem por atividade principal o comércio varejista e atacadista, inclusive a importação, exportação e representação comercial de produtos: alimentícios, bebidas, limpeza, perfumaria, cosméticos, higiene pessoal, cigarros, utensílios pessoais e domésticos. Atuando em três frentes de vendas: loja de autoconsumo, televendas e vendas de rua, chamado de sistema Express dotado de uma ampla logística para atender seus clientes com agilidade. A Comercial Zaragoza é detentora das bandeiras Spani Atacadista e Villareal Supermercado e possui quatorze lojas, sendo cinco da bandeira varejista, instaladas nas cidades do interior paulista, em São José dos Campos com duas lojas, Jacareí, Taubaté e Cruzeiro. A bandeira Spani Atacadista está presente nas cidades de São José dos Campos, Guaratinguetá, Lorena, Pindamonhangaba, Caraguatubá, Mogi das Cruzes e Atibaia, todas no Estado de São Paulo, e na região sul fluminense, com lojas nos municípios de Resende e Volta Redonda. O grupo também conta com um Centro de Distribuição, localizado em Taubaté (SP), para dar suporte logístico e administrativo para todas as lojas da rede, bem como aos clientes varejistas atendidos pelo sistema Express. O Centro de Distribuição possui 42.000 m² de área construída com uma área total de 160.000 m², conta com uma área de armazenagem de 30.000 m², contando 15 docas de recebimento, 54 docas de expedição capacitada para 25.000 posições de *palets* e oficina mecânica. Além de concentrar a área administrativa e comercial do Grupo. Toda a estrutura foi dimensionada para poder comportar o crescimento e desenvolvimento do Grupo projetado para os próximos 5 anos, com a previsão de abertura de novas lojas e a expansão da atuação em novos mercados, com inauguração prevista de uma loja atacadista da bandeira Spani na cidade de Bragança Paulista no período de abril de 2016. **2. Políticas contábeis: 2.1 Declaração de conformidade:** As presentes demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, compreendem os Pronunciamentos, Interpretções e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercicios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "custo atribuído" para os bens do ativo imobilizado. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 28/04/2016. **2.2 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Empresa são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Empresa. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercicio, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Variações Monetárias e Cambiais Líquidas". **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros: 2.4.1 Classificação:** A Empresa classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(a) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Empresa compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber". **2.4.2 Reconhecimento e mensuração:** As comprás e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. A Empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo líquido o passivo simultaneamente. **2.4.4 Impairment de ativos financeiros:** A Empresa avalia no final de cada período do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) a Empresa, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades contábeis; ou (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. A Empresa avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Empresa. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos (ou outro que atenda o ciclo normal da Empresa), as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para devedores duvidosos "PDD" (*impairment*). Na prática são normalmente reconhecidas pelo valor futuro, ajustado pela provisão para *impairment*, se necessária. **2.6 Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo dos estoques é determinado usando-se o método da Média Ponderada Móvel. O custo dos produtos acabados compreende mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais relacionadas, exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. **2.7 Imobilizado:** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, atacados, supermercados e o centro de distribuição. O imobilizado é mensurado pelo seu custo atribuído. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercicio, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil-estimada, como segue:

Item	Média ponderada efetiva
Bem	1 a 4%
Edificação	10 a 11%
Máquinas	4 a 7%
Beneficiárias	10%
Veículos	10 a 11%
Móveis	3 a 5%
Software	3 a 5%
Computadores	10 a 13%
Instalações	10 a 13%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercicio. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela compensação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais" na demonstração do resultado. **2.8 Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. **2.9 Contas a pagar aos forneceedores:** As contas a pagar aos forneceedores são obrigatórias a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de forneceedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas

das como passivos não circulantes. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto pela implementação do ICP-10, no qual a Empresa contabilizou o imposto de renda diferido dentro do patrimônio líquido. O imposto de renda e a contribuição social do exercicio são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **2.11 Capital social:** As quotas da sociedade são classificadas no patrimônio líquido. **2.12 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Empresa reconhece a receita quando o valor contábil pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Venda de produtos:** A receita proveniente da venda de produtos só é reconhecida quando satisfetidas todas as seguintes condições: (i) a Empresa tenha transferido para o comprador os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens; (ii) a Empresa não mantenha envolvimento continuado na gestão dos bens vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem efetivo controle de tais bens; (iii) o valor da receita possa ser confiavelmente mensurado; (iv) for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Empresa; e (v) as despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser confiavelmente mensuradas. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Empresa reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, a medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original de contas a receber. **2.13 Distribuição de lucros e juros sobre capital próprio:** A distribuição de lucros e juros sobre capital próprio para os quotistas da Empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis, após a aprovação dos quotistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercicio. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** **Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis da Empresa requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercicio financeiro, são discutidas a seguir: **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Empresa reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado. **(b) Reconhecimento de receita:** A receita de comercialização de produtos é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. A Empresa adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador. A receita de juros é reconhecida em base proporcional ao tempo, levando em consideração o principal em aberto e a taxa efetiva ao longo do período até o vencimento, quando se determina que essa receita será apropriada à Empresa. **(c) Valor justo de instrumentos financeiros:** Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros. **(d) Provisões para riscos cíveis e trabalhistas:** A Empresa reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **(e) Adoção Inicial:** A Empresa avaliou os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aplicou os efeitos relativos sobre a apresentação das demonstrações contábeis de 31/12/2015 e de 2014. **3.1. Novas normas, alterações e interpretações de normas:** A seguir apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor: **IFRS 9** - Instrumentos Financeiros (Vigência a partir de 01/01/2018) - Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto - A Administração está avaliando os impactos da norma; **IFRS 15** - Receitas de contratos com clientes (Vigência a partir de 01/01/2018) - A nova norma para receitas substituirá todas as atuais exigências para reconhecimento de receitas segundo as IFRS. Adoção retrospectiva integral ou adoção retrospectiva modificada é exigida para períodos anuais iniciativa a partir de 01/01/2018, sendo permitida adoção antecipada. O objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento da receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis - A Administração está avaliando os impactos da norma e entende que sua adoção não provocará impacto relevante nas demonstrações contábeis da Empresa; **IFRS 16** - Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019) - A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o forneecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações contábeis, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento - A Administração está avaliando os impactos da norma e entende que sua adoção não provocará impacto relevante nas demonstrações contábeis da Empresa; **Alteração IFRS 11** - Acordos conjuntos: Contabilização de Aquisições de Partes societárias (Vigência a partir de 01/01/2016) - A contabilização da aquisição de participação societária em uma operação conjunta na qual a atividade da operação conjunta constitua um negócio, aplique os princípios pertinentes da IFRS 3 para contabilização de combinações de negócios. As alterações não se aplicam quando as partes que compartilham controle conjunto, inclusive a entidade de reporte, estiverem sob controle comum da parte controladora principal. As alterações se aplicam tanto à aquisição da participação final em uma operação conjunta quanto à aquisição de quaisquer participações adicionais na mesma operação conjunta - A Administração está avaliando os impactos da norma; **Alteração IAS 16 e IAS 38** - Esclarecimentos de Métodos aceitáveis de depreciação e amortização (Vigência a partir de 01/01/2016) - Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo - A Administração está avaliando os impactos da norma e entende que sua adoção não provocará impacto relevante nas demonstrações contábeis da Empresa; **Alteração IFRS 10** - IFRS 12 e IAS 28 - Entidade de investimento - exceções à regra de consolidação (Vigência a partir de 01/01/2016) - As alterações no IFRS 10 esclarecem que a isenção da apresentação de demonstrações contábeis consolidadas se aplica à controladora que é uma subsidiária de uma entidade de investimento, quando a entidade de investimento mensura todas as suas subsidiárias ao valor justo. Dentre outros esclarecimentos, fica estabelecido que a entidade que não é de investimento poderá manter, na aplicação da equivalência patrimonial, a mensuração do valor justo por meio do resultado utilizada pelos seus investidores - A Administração está avaliando os impactos da norma e entende que sua adoção não provocará impacto relevante nas demonstrações contábeis da Empresa; **Alteração IAS 19** - Benefícios a Empregados (Vigência a partir de 01/01/2016) - Essa norma esclarece que a profundidade do mercado de títulos privados em diferentes países é avaliada com base na moeda em que é denominada a obrigação, em vez de no país em que está localizada a obrigação. Quando não existe mercado profundo para títulos privados de alta qualidade dessa moeda, devem ser usadas taxas de títulos públicos. Essa alteração deve ser aplicada retrospectivamente - A Administração está avaliando os impactos da norma e entende que sua adoção não provocará impacto relevante nas demonstrações contábeis da Empresa; **Alteração IFRS 5** - Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas (Vigência a partir de 01/01/2016) - Esclarece as circunstâncias em que uma entidade mudar um dos seus métodos de alienação para outro não seria considerado um novo plano de alienação, mas sim uma continuação do plano original. Sendo que a entidade reclassifica ativos mantidos para venda para ativos mantidos para distribuição a titulares (e vice-versa) e os casos em que são ativos mantidos para distribuição a titulares não atendem mais o critério para manterem essa classificação - A Administração está avaliando os impactos da norma e entende

4. Caixa e equivalentes de caixa:		2015	2014
Caixa	2.096	2.064	
Conta corrente e depósitos bancários (i)	19.952	12.738	
Contas a receber de clientes	75.834	18.354	
Aplicações financeiras (ii)	97.882	33.156	

O caixa e os equivalentes de caixa são classificados na categoria de recebíveis. (i) Os depósitos bancários são mant

**24. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros:** A Empresa possui instrumentos financeiros representados substancialmente por caixa e bancos, investimentos reconhecidos no balanço patrimonial, em 31/12/2015 e 2014, geralmente se aproxima do valor de mercado devido sua natureza e prazos de realização ou liquidação.

**Análise dos instrumentos financeiros:** A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. **a) Riscos de crédito: Exposição aos riscos de crédito:** O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis:

	2015	2014
Disponibilidades	97.882	33.156
Contas a receber de clientes	112.926	104.497
	<u>210.808</u>	<u>137.653</u>

**Perdas por redução ao valor recuperável de ativos:** A Empresa estabelece provisão para redução ao valor recuperável com base em um componente de perda esta-

belecido pelo provisionamento de títulos vencidos acima de um determinado período.

**b) Risco de liquidez:** A seguir estão as exposições contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida.

	2015	2014
(-) Fornecedores	(236.410)	(190.383)
(-) Empréstimos e financiamentos	(15.178)	(9.287)
(-) Partes relacionadas	(11.820)	(11.820)
	<u>(263.408)</u>	<u>(211.490)</u>

**c) Valor justo:** Os valores contábeis não divergem de seus valores justos. É apresentado a seguir os principais itens que estão a valor justo e representam os instrumentos financeiros da Empresa.

	2015	2014
Disponibilidades	97.882	33.156
Contas a receber de clientes	112.926	104.497
	210.808	137.653
(-) Fornecedores	(236.410)	(190.383)
(-) Empréstimos e financiamentos	(15.178)	(9.287)
(-) Partes relacionadas	(11.820)	(11.820)
	<u>(263.408)</u>	<u>(211.490)</u>
	<u>(52.600)</u>	<u>(73.837)</u>

#### Diretoria

**Cleber Denis Santana Gomez** - Diretor Presidente

#### Relatório dos Auditores Independentes

independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada

#### Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. **d) Ativos financeiros:** Caixa e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros disponíveis para negociação. Outras contas a receber são saldos provenientes de transações comuns registrados pelos seus valores nominais ou estimados acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do exercício. São designados como empréstimos e recebíveis, estando o valor contábil próximo do valor de mercado. **e) Passivos financeiros:** Contas a pagar são saldos provenientes de transações comuns registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado de exercício. São designados como custo amortizável, estando o valor contábil próximo do valor de mercado. Os Empréstimos e financiamentos são atualizados com base nas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício. A Empresa não mantém instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31/12/2015 e não efetua operações envolvendo

instrumentos financeiros derivativos que tenham caráter especulativo. **f) Gerenciamento de riscos:** As taxas de juros pagas pela Empresa, em razão da natureza das suas transações de caixa não está exposta a oscilações das taxas de juros de mercado para os saldos de balanço. Os riscos de encargos financeiros e flutuações de taxa de câmbio advém da possibilidade da Empresa vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros de captação como na exposição a oscilações de câmbio que aumentem as suas despesas relativas a empréstimos obtidos junto a instituições financeiras ou partes relacionadas. A Empresa monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado. **25. Cobertura de seguros:** A cobertura de seguros é contratada em montante considerado adequado pela administração para ser utilizado em caso de eventuais sinistros, considerando a natureza da atividade da Empresa. **26. Eventos subsequentes:** A administração da Empresa declara a inexistência de fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da Empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

#### Contador

**Norberto Carlos Ferreira** - Contador CRC nº 1SP163563/O-0

**correspondentes ao exercício anterior:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, não foram auditados por outros auditores independentes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Empresa referentes ao exercício de 2014 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações contábeis de 2014 tomadas em conjunto.

Santo André, 28 de abril de 2016



**Sax Auditores Independentes S.S.**  
CRC 2SP 024845/O-2

**Alexandre Ralf Slavic**  
Contador - CRC 1SP207032/O-5

Aos Administradores e Sócios da  
**Comercial Zaragoza Importação e Exportação Ltda.**  
São José dos Campos - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **Comercial Zaragoza Importação e Exportação Ltda.** ("Empresa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis:** A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante,